



CULTURA
Funcionária
do Senge/RJ
expõe no Foto
Rio 2015
Página 6



Projeto de Lei prejudica a Petrobrás

PROPOSTA DO SENADOR DO PSDB FAVORECE EMPRESAS MULTINACIONAIS PÁG.5

DEMOCRACIA AMEAÇADA

Julgamento contra Dilma pode ser pretexto para Golpe PÁG.3

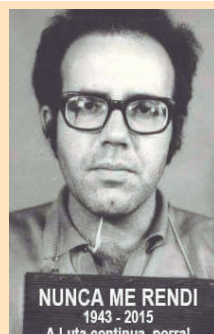
PROJETO DE NAÇÃO

Socióloga aponta risco de desnacionalização da economia PÁG.4

Vito Giannotti Vive!

Homenagem
ao grande
companheiro
de lutas

Página 8



FÓRMULA 85/95

Mudança no cálculo não garante fim do Fator Previdenciário PÁG.6

FURNAS

Justiça libera valor controverso de ação da data-base PÁG.7

O QUE JORRA DA LAVA-JATO

Todos nós sabemos da extrema permissividade do sistema político, principalmente em relação às campanhas eleitorais, às ocupações fisiológicas dos cargos públicos e como resultado a promiscuidade entre o público e o privado e o arranjo institucional entre os três poderes montado na base da acomodação de interesses, nem sempre os mais nobres. No entanto, não podemos concordar com a forma como a operação Lava-Jato vem conduzindo seus trabalhos, quase sempre desrespeitando os princípios básicos do estado de direito.

A estratégia montada para obter “as confissões” está baseada na chamada delação premiada, que consiste em deixar o preso para averiguação por um tempo excessivamente longo até dobrá-lo pelo cansaço, constrangimento e execração a que o mesmo e sua família são submetidos. Além disso, estas operações são acompanhadas de espalhafatoso aparato midiático que cumpre seu papel de coadjuvante no já conhecido “linchamento moral” dos presos. Soma-se a isso a chantagem que é feita aumentando excessivamente a pena e acenando com sua diminuição caso o prisioneiro vira um delator.

Não podemos esquecer que do ponto de vista psicológico essas formas de tratamento aos presos se assemelham muito à tortura pura e simples. A tortura se baseia na quebra da unidade entre corpo e mente. Quando o corpo não aguenta mais o sofrimento, a mente se rebela em defesa do corpo. O prisioneiro acaba fazendo o que seus algozes querem.

Todos nós que tanto lutamos pela volta do estado de direito não podemos nos calar quando vemos fortes sinais de que podemos retroceder logo pelas mãos da justiça.

Desemprego no mundo

CLEMENTE GANZ LÚCIO*

Estima-se em mais de 200 milhões o número de pessoas que estão desempregadas no mundo, resultado que inclui os mais de 30 milhões de trabalhadores desocupados depois da crise de 2008. Trata-se de estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no estudo “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo” (www.ilo.org).

Para atender aos que começam a buscar uma ocupação, entre eles os jovens que atingem a idade adulta, ou responder à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a economia mundial precisa criar mais de 40 milhões de postos por ano. Trata-se de um enorme desafio, porque isso requer sustentar uma taxa de crescimento econômico que amplie a capacidade produtiva global (mais empregos com maior produtividade) para atender à demanda de consumo dos mais de 7 bilhões de habitantes no planeta.

Para que isso ocorra é preciso que a dinâmica do consumo das pessoas, das empresas e dos governos amplie a demanda da produção de bens e serviços. No caso da maioria das pessoas em idade adulta, a capacidade de consumo é majoritariamente decorrente dos empregos e do poder de compra dos salários ou dos benefícios da aposentadoria. Quando os postos de trabalho são fechados e os salários são arrojados, as pessoas e famílias perdem capacidade de consumo, o que rebate diretamente sobre a demanda, reduzindo o nível de atividade das empresas e gerando ociosidade da capacidade instalada das plantas empresariais, o que gera ondas de demissões e alimenta um dramático ciclo recessivo. Da mesma maneira, por exemplo, a queda do consumo faz cair a receita do Estado, que arrecada menos impostos e reduz a capacidade de gastos correntes com as políticas públicas de investimentos. A OIT estima que o desemprego, o arrocho dos salários, os empregos precários e a informalidade tiram da economia uma demanda potencial equivalente a US\$ 3,7 trilhões, perda correspondente a 2% do consumo global e de 1,2% da produção mundial.

Além do desemprego, observa-se que ocorrem mudanças profundas nas relações de trabalho, com o crescimento dos empregos em tempo parcial, das ocupações precárias e da informalidade. Há um movimento mundial que amplia a insegurança e a precarização no mundo do trabalho. Em boa parte dos 90 países pesquisados pela OIT, cerca de 75% dos trabalhadores estão ocupados em empregos precários, em tempo parcial, sem contrato de trabalho e na informalidade.

Nessa dinâmica, há aumento da desigualdade e crescimento da pobreza. Contraditoriamente, a educação e o conhecimento científico se ampliam e transformam-se em novas tecnologia e inovação, que aumentam a produtividade e esta não para de crescer, na contramão dos salários, que não param de cair. A desigualdade cresce em um mundo de abundância!

Entendemos que o objetivo da política econômica é gerar empregos para produzir os bens e serviços para promover o bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Essa é uma forma de conceber a economia,

sentido este sempre em disputa na sociedade. O desafio para os trabalhadores é, de maneira insistente e indelegável, recolocar o trabalho na centralidade da política econômica, tarefa que requer muita luta e capacidade de disputa no campo da economia política. No Brasil, nossa tarefa é construir uma rápida transição para o crescimento econômico baseado na combinação entre o investimento e o incremento e a repartição da produtividade, ampliando, por meio do emprego, a melhor distribuição de renda, a inclusão social e econômica e o mercado interno de consumo. Sem dúvida, não há mágica. Somente muito trabalho para gerar renda e riqueza e muita força política e disposição de luta para criar regras que distribuam os resultados de maneira justa e igualitária.

* Sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O desafio para os trabalhadores é, de maneira insistente e indelegável, recolocar o trabalho na centralidade da política econômica



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Tribunais no controle da democracia

Sem provas contundentes, julgamento contra Dilma pode ser pretexto para golpe, avaliam especialistas

Pedro Rafael Vilella • Fonte: Brasil de Fato

Lula Marques

A disputa política no Brasil deve se voltar para os tribunais superiores e órgãos de controle, que vão julgar processos contra o governo e a presidenta da República. O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão vinculado ao Poder Legislativo e composto, na sua maioria, por ex-deputados e ex-senadores, deve voltar se aprova ou não as contas do governo federal de 2014. Já o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisa uma ação proposta pelo PSDB que acusa a campanha eleitoral de Dilma Rousseff por abuso de poder, ao supostamente ter recebido doação de empreiteiras investigadas na Lava Jato como forma de disfarçar pagamento de propina.

São essas ações que podem criar o ambiente para o afastamento ou o impeachment de Dilma Rousseff, como já defendem abertamente os principais partidos da oposição, surfando no cenário de crise econômica e baixa popularidade do governo. O problema é que, na avaliação de especialistas, a democracia corre sérios riscos se prevalecerem julgamentos com alto viés político.

UM PESO, DUAS MEDIDAS

Em sessão prevista para agosto, o TCU vai julgar as contas do governo Dilma de 2014. De acordo com a acusação, o governo atrasou o repasse de recursos do Tesouro Nacional aos bancos públicos para pagamento de programas sociais, como o Bolsa



No segundo semestre, disputa política também se dará nos tribunais

TSE: DOAÇÕES EMPRESARIAIS EM DEBATE

No TSE, o processo contra Dilma tem menos chance de êxito. A denúncia de abuso de poder formalizada pelo PSDB se sustenta nas investigações da Lava Jato e no depoimento do ex-presidente da construtora UTC, Ricardo Pessoa, que afirmou ter doado R\$ 7,5 milhões para a campanha de reeleição de Dilma em dinheiro, quantia que teria sido desviada da Petrobrás para pagamento de propina. Além de não provar essa correlação, o PSDB esbarra na própria contradição. Defensor do financiamento empresarial de campanhas, o partido também recebeu doações da UTC e de outras empreiteiras investigadas na Lava Jato, em valores que ultrapassam R\$ 32 milhões.

Família e o "Minha Casa, Minha Vida", configurando uma suposta operação de crédito, o que

é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e foi apelidada de "pedalada fiscal" pela mídia. Em



Na avaliação de especialistas, a democracia corre sérios riscos se prevalecerem julgamentos com alto viés político.

sua defesa, o governo alega que esse fluxo de pagamento sempre esteve previsto no contrato de prestação dos serviços junto aos bancos, numa prática que ocorre pelo menos desde 2001, durante o

governo de Fernando Henrique Cardoso, sem nunca ter sido questionada pelos órgãos de controle até então.

Para Antônio Flávio Testa, cientista político da Universidade de Brasília (UnB), o julgamento do TCU, que tende a ser desfavorável ao governo, abre caminho, mas não pode ser única justificativa para impeachment. "Mesmo que se rejeitem as contas no TCU e a disputa vá para o Congresso, não há condições políticas nem apoio de boa parte da sociedade para um afastamento no momento

atual. Também não apareceu até agora nenhuma vinculação direta da presidenta e seu gabinete com práticas criminosas". Ele lembra, ainda, que inúmeros governadores de estados e prefeitos também enfrentam o mesmo tipo de questionamento em relação às contas públicas, o que daria ensejo para uma cassação em massa de mandatos. "O fato é que quase ninguém cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal e sempre ficou por isso mesmo".

O cientista político Paulo Vanuchi vai na mesma linha e adverte: "se houver o impeachment, esse país corre o altíssimo risco de se tornar ingovernável, ou governado com a repetição daqueles terríveis climas, como mortes, sangue e o fim de qualquer convivência democrática, pacífica, entre pensamentos políticos contrários", afirmou à RBA.

PROJETO DE NAÇÃO

"Estamos enfrentando risco de desnacionalização da economia", diz a economista e socióloga Tania Bacelar

Camila Marins

Crise da Petrobrás, intensificação da polarização da política brasileira e atuais medidas econômicas. Estes foram alguns dos pontos abordados pela economista e socióloga Tania Bacelar, durante palestra realizada no dia 5/3, ao final da reunião do Conselho Deliberativo da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Antes do início da palestra, o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, alertou: "O Brasil apresenta, atualmente, uma conjuntura delicada. Isso porque o pós-eleição presidencial desencadeou um ferrenho processo de polarização, amplificado pela repercussão da operação Lava-Jato da Petrobrás. Precisamos defender a engenharia nacional e o país".

Tania Bacelar iniciou sua exposição falando sobre o contexto internacional e suas consequências na economia brasileira. "A crise vem desde 2008 no coração da esfera financeira. Parte da crise, hoje, na indústria vem da abertura comercial e financeira dos anos 1990. Quanto aos países emergentes, ocorreu recentemente (entre 2012 e 2014) uma desaceleração, influenciada em grande parte pela economia chinesa (passa de 10% para 7%)", afirmou a economista. Um outro ponto importante levantado foi a dívida pública. De acordo com Tania, o impacto da dívida pesa e é duplamente prejudicial. "Com a rentabilidade assegurada com simples aplicação na dívida pública, os bancos deixam de buscar o fomento à economia. Por sua vez, empresas produtivas, em vez de fazer investimentos, preferem financiar o governo", disse.

2015 já sinaliza que será um ano de ajustes, com previsões convergindo para baixo crescimento do PIB e persistência de inflação ainda alta. Tudo isso acompanhado pelos efeitos econômicos e sociais provocados pela repercussão da Operação Lava-Jato, uma vez que os meios de comunicação intensificam a cada dia uma campanha de desmoralização da Petrobrás, um legítimo patrimônio brasileiro. "É isso que interessa aos produtores e inves-

tidores internacionais: querem o modelo de concessão, e não o de partilha. Aécio, durante a campanha, defendeu o fim do regime de partilha e estamos enfrentando o risco de desnacionalização da economia. Há um projeto de desnacionalização do petróleo brasileiro e dos investimentos em infraestrutura. Na ausência das empresas nacionais, serão grandes empreiteiras internacionais. A pergunta é: quem vai fazer? As nossas ou as deles?", provocou Tania, que foi além: "No pacote de corrupção, temos de enfrentar uma discussão mais profunda. O Brasil não aguenta esse modelo de campanha eleitoral, como é nos EUA, que adotamos desde a democratização do país. Temos que mudar para financiamento público de campanha", disse.

Ao final, a economista apontou desafios que estão colocados ao conjunto de trabalhadores. Disse que é necessário disputar o ajuste fiscal e promover o debate profundo sobre mudança do sistema tributário; fortalecer e ampliar as políticas de distribuição de renda e aumento do salário mínimo; fazer uma discussão profunda sobre inflação e suas causas; e reduzir/zerar alíquotas dos tributos indiretos. "É preciso que estejamos atentos à delicada conjuntura política interna brasileira e a de outros países, especialmente a América Latina", acrescentou.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

A atual crise política no Brasil tem alguns objetivos por parte de setores internacionais e de mercado. Um deles é a desnacionalização da economia, que provoca impacto direto nas indústrias, na geração de emprego e na política de importação e exportação. De acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, a indústria é um setor de disseminação da tecnologia que impacta na qualidade do emprego e na produção de riquezas. "No Brasil, as maio-



A atual crise política no Brasil tem alguns objetivos por parte de setores internacionais e de mercado. Um deles é a desnacionalização da economia



res conquistas do movimento sindical foram no setor industrial, tanto no que se refere às condições de trabalho quanto à pauta econômica. Portanto, o desaquecimento da produção industrial tem potencial para afetar conquistas históricas da classe trabalhadora, aumentar o desemprego e favorecer o retrocesso das políticas implementadas a partir de 2003 para a redução das desigualdades sociais, como a de valorização do salário mínimo, a primeira a sofrer as consequências da queda do PIB", ponderou Freitas.

No entanto, é preciso refletir mais profundamente sobre esse processo, uma vez que a desindustrialização advém da desnacionalização da economia. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães explica que a desindustrialização acontece por conta de uma política cambial e monetária que resulta, na prática, na valorização do real, que estimula as importações e prejudica as exportações. "Hoje, o parque industrial brasileiro tem forte presença de empresas internacio-

nais e a atual política de ajuste fiscal vai aumentar essa presença, principalmente no setor de engenharia, construção e bens de capital. Empresas nacionais estão cada vez mais enfraquecidas. Se o Estado brasileiro não compreende que o parque industrial é nacional, irá manter índices de baixa produtividade e competitividade", comentou Guimarães, alertando para o oligopólio e o monopólio de mercados estrangeiros.

É preciso compreender o processo de desnacionalização como uma lógica perversa, que atinge diretamente a produção e o acúmulo tecnológico do Brasil. "É preciso uma política de disciplina das empresas para a vanguarda da tecnologia. Como fazer com que sejam produtivas e competitivas? Disciplina e normas para estimular empresas de capital nacional. Se não há uma compreensão do que é o parque industrial nacional, há uma visão imperfeita da realidade. Poucas são exportadoras, o que dificulta a competição", finalizou o embaixador.

Tentativa de mudança na Lei de Partilha pode prejudicar Petrobrás e favorecer multinacionais

Documentos divulgados pelo Wikileaks provam envolvimento do senador José Serra (PSDB) com empresas multinacionais de petróleo

O senador José Serra (PSDB-SP) é autor de um Projeto de Lei (PL 131/2015) que pode mudar a Lei de Partilha do Pré-Sal brasileiro, promulgada em 2010. Segundo o diretor do SENGE-RJ Victor Marchesini, que é engenheiro na Petrobrás, o PL 131 é a evidência de uma campanha contra a empresa. “Está claro que a intenção de determinados segmentos políticos é o favorecimento de grupos econômicos estrangeiros”, afirma Victor.

O PL 131 prevê que se retire da Lei de Partilha a obrigatoriedade de que a Petrobrás seja a única operadora do pré-sal, sob o argumento de que a Petrobrás não tem recursos em caixa para desenvolver a produção. Se a alteração for aprovada, a lei permitirá a abertura da exploração pelas grandes empresas de petróleo internacionais, especialmente as norte-americanas.

Para Victor Marchesini, o argumento de que a empresa não tem condições de arcar com essa exploração é inconsistente. Os resultados alcançados pela estatal no primeiro semestre de 2015 demonstram a força da empresa. Em plena crise, foi obtido lucro de R\$ 5,3 bilhões e a produção de barris aumentou 12,7%. A Petrobrás é, hoje, a maior produtora de petróleo no mundo entre as empresas de capital aberto e é a que mais cresce em quantidade de reservas. São 2,5 milhões de barris produzidos por dia, em média. Desses, mais de 800 mil são produzidos exclusivamente no pré-sal.

A consequência da mudança proposta é que o petróleo das reservas descobertas pela estatal deixará de gerar riquezas para o país em benefício das grandes multinacionais.

NEGOCIATAS INTERNACIONAIS

De acordo com um telegrama da embaixada dos Estados Unidos divulgado pelo Wikileaks, o senador José Serra teria se comprometido com a petrolífera Chevron, na época em que era pré-candidato à Presidência, a mudar a Lei



Trabalhadores se manifestam contra a alteração da lei

O que é o petróleo na camada pré-sal?

Trata-se dos hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) formados na camada abaixo da camada de sal, que tem até 2 mil metros de espessura, devido ao acúmulo de matéria orgânica ao longo de milhares de anos. O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do antigo continente Gondwana. À medida que os continentes se distanciavam, os mate-

riais orgânicos então acumulados nesse novo espaço foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formava.

Essa área no Brasil tem aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, e fica no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. As reservas ficam a 300 km da região Sudeste. A área total do pré-sal (149 mil km²) corresponde a quase três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro.

Mensagem aos senadores

O Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo começou uma campanha de mobilização entre os trabalhadores do país.

O sindicato pede que seja enviado um e-mail para os senadores, principalmente do estado em que pessoa vota, protestando contra o PL 131 e

pedindo que ele seja barrado.

Através de um boletim, o próprio sindicato apresenta um modelo de texto, que afirma que “temos que garantir que a riqueza produzida pelo pré-sal seja investida no Brasil”. O e-mail deve ser assinado com nome completo, número do RG e cidade/estado.

da Partilha, caso vencesse a eleição.

“Deixa esses caras [do PT] fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava... E nós mudaremos de volta”, disse Serra a Patrícia Pradal, diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com o Governo da petroleira norte-americana Chevron, segundo relato do telegrama. O documento mostra ainda

que o governo norte-americano criticou o “caráter nacionalista” da Lei do Pré-Sal.

O “modelo antigo” a que Serra se refere é a Lei 9.478/1997, que ficou conhecida como a “Lei de Concessão”. Ela pôs fim ao monopólio estatal da exploração e produção de campos de petróleo. A partir deste ano, a empresa vencedora da licitação é dona do petróleo a ser explorado, comprando, portanto, o direito de explorar o óleo no bloco lei-

loado. A arrecadação do Estado se limita basicamente aos impostos e taxas.

PROTEÇÃO DAS RESERVAS

Com a descoberta do Pré-Sal, o governo mudou a regra para estas reservas, em virtude do tamanho da descoberta. Neste caso, a licitação deve ser feita por meio de partilha. Sendo assim, o vencedor deve, obrigatoriamente, partilhar o petróleo encontrado com a União. A Petrobrás, então, será operadora exclusiva dos campos e terá, no mínimo, 30% de participação nos consórcios de outras empresas.

A Petrobrás extraiu petróleo da camada pré-sal pela primeira vez em setembro de 2008, no campo de Lula, na bacia de Santos, que na época era chamado de campo de Tupi. A camada foi descoberta em 2006 pela equipe do geólogo Guilherme Estrella, que na época era diretor de exploração e produção na empresa. De 2010 a 2014, a média anual de produção diária do pré-sal cresceu quase 12 vezes: foi de 42 mil em 2010 para 492 mil em 2014. Comparando com o próprio histórico da Petrobrás, foram necessários 31 anos para que a empresa alcançasse a marca de 500 mil barris diários, o que só aconteceu em 1984.

Victor Marchesini acredita que, apesar da crise e das investigações políticas que cercam a empresa, a indústria brasileira não pode ser prejudicada. “Estão se aproveitando desta confusão para justificar a mudança na lei.”, critica. “A produção de petróleo no Brasil nunca caiu desde a criação da Petrobrás, em 1953”.

Além disso, a capacidade técnica dos trabalhadores para explorar a camada pré-sal rendeu, pela terceira vez, o prêmio OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions, maior reconhecimento no mundo por desenvolvimento de tecnologia.

A Lei de Partilha, que José Serra propõe ser alterada, ainda nem foi efetivamente testada. Até o momento, apenas o campo de Libra, na Bacia de Campos, foi licitado segundo os moldes dessa lei, em 2013, e só deve entrar em operação em 2020. O consórcio formado pela Petrobrás, pela empresa anglo-holandesa Shell, a francesa Total e pelas chinesas CNOOC e CNPC arrematou a área.

Mudança de cálculo na aposentadoria não garante fim do fator previdenciário

Para o economista do Dieese-RJ Jardel de Souza Leal, o novo modelo não soluciona o problema das condições de trabalho no Brasil

Q “Quem consegue completar 35 anos de trabalho no Brasil hoje?” O questionamento vem de Carlos Jardel de Souza Leal, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese). Em meio a discussões fervorosas sobre mudanças mais recentes do modelo de aposentadoria, Jardel questiona a falta de consulta ampla e popular à sociedade sobre o tema, que para ele envolve elementos bem mais complexos do que uma simples mudança de cálculo.

O economista ressaltou a rotatividade e a falta de estabilidade no emprego hoje. Na opinião dele, o novo modelo de cálculo da aposentadoria, que é considerado, para muitos, um avanço, na prática pode não representar uma mudança tão significativa sobre as condições de vida da classe trabalhadora. “Enquanto discutimos apenas a aposentadoria, não estamos olhando para as condições de entrada no mundo do trabalho, para as condições de trabalho e para as condições de permanência no emprego. Precisamos olhar para tudo isso.”

Desde a década de 90, a luta pelo fim do fator previdenciário sempre unificou o movimento sindical. Criado em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o fator previdenciário impôs duras perdas aos trabalhadores aposentados, cuja remuneração chegou a cair 40% por contribuinte, segundo nota recente da Federação Interstadual de Sindicatos de Engenheiros.

Este ano, a presidenta Dilma Rousseff (PT) teve a oportunidade de, enfim, realizar o amplo desejo da classe trabalhadora e pôr fim ao fator previdenciário; no entanto, optou por vetar o Projeto de Lei de Conversão 4/2015, aprovado no Congresso, que introduzia a fórmula 85/95 como novo modelo de cálculo para aposentadoria. No lugar do PLC, a presidenta apresentou a Medida Provisória (MP) 676, que incorpora a fórmula 85/95 e prevê o

aumento progressivo dos valores.

Com o novo cálculo, trabalhadores que atingirem o tempo mínimo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 anos para homens) e tiverem a soma da idade com o tempo de contribuição igual a 85 (mulheres) e 95 (homens) conseguirão se aposentar com benefício integral. De acordo com nota do Planalto, o aumento desses valores de forma progressiva, previsto na MP 676/2015, leva em consideração o aumento da expectativa de vida e tem como objetivo garantir a sustentabilidade da Previdência Social. A partir de 2017, a fórmula ganha um (1) ponto a mais a cada ano até 2022, com exceção de 2018, que será ano eleitoral.

O modelo favorece uma parcela pequena de trabalhadores. Segundo nota técnica produzida pelo Dieese, a mudança incide principalmente sobre as aposentadorias por tempo de contribuição, modalidade que representa somente 27% do total das aposentadorias hoje. Os demais trabalhadores que não se enquadrarem na fórmula mas tiverem o tempo mínimo de contribuição continuarão se aposentando com a incidência do fator previdenciário.

Embora tenham marchado para Brasília pedindo que Dilma não vetasse a PLC, a contraproposta tem sido vista com bons olhos pelo movimento sindical brasileiro. No entanto, Jardel pontua que o novo cálculo possivelmente não resolverá o problema das injustiças sociais que atingem a classe trabalhadora e se tornam mais evidentes no momento da aposentadoria. “Talvez a questão não seja solucionada simplesmente por fórmulas. A questão é o próprio modelo de sociedade que nós temos”, avalia o economista Carlos Jardel de Souza Leal. “As pessoas precisam ser protegidas da entrada precoce no mercado de trabalho. Para isso, a educação pública de qualidade com a perspectiva de formação da cidadania é uma das questões que devemos colocar como prioridade nas nossas lutas.”



Para Celia, a união do trabalho de fotógrafa com o Sindicato é fundamental

Funcionária do SENGE-RJ participa de exposição

A programadora visual e fotógrafa, Celia Satil, é uma das participantes do FotoRio

A programadora visual do SENGE-RJ, Celia Satil, é uma das fotógrafas selecionadas no FotoRio 2015, festival internacional de fotografia que acontece no Rio de Janeiro. Este ano, o evento, que homenageia os 450 anos da cidade, preparou exposições que celebram a alma do carioca.

Realizada no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica entre os dias 7 de junho e 18 de julho, a exposição “Ser Carioca de Corpo Aberto” tinha duas fotos de Celia. Já a “Ser Carioca da Rua”, que está sendo apresentada na Biblioteca Parque Estadual até o dia 15 de agosto, tem duas fotos da programadora visual.

A terceira exposição, “Cariocase”, que ainda não tem local definido, faz parte do trabalho do Coletivo 6por6, formado por seis ex-alunos da pós-graduação em fotografia da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Três fotógrafos também foram convidados para integrar essa exposição. Uma delas é Adriana Medeiros, que realiza trabalhos para o Sindicato. A curadoria é de Viviane Faingold.

Na terceira, Celia Satil apresenta o trabalho “Formas e Reformas”, no qual ela manipula a imagem e cria uma segunda leitura para a fotografia.

“Essa é a minha realização profissional”, define Celia. “Passo a minha alma como artista. Nesse trabalho, meu objetivo é que as pessoas, ao contemplá-lo, continuem dando novos significados para a minha criação, para aquilo que elas estão vendo. Que elas vejam novas formas”.

Para Celia, a união do trabalho de fotógrafa com o Sindicato é fundamental.

“Em ambos eu trabalho com a crítica social”, afirma. “Precisamos observar o mundo com um olhar crítico”.

Conheça o projeto

O projeto Ser Carioca é o resultado de uma convocatória aberta aos fotógrafos do Rio de Janeiro, convidados a registrar o cotidiano dos moradores da cidade neste início do século XXI. O projeto, apresentado simultaneamente em quatro diferentes instituições, procura mostrar como os cariocas se relacionam uns com os outros e com a própria cidade.

Com curadoria de Julieta Roit-

man, Milton Guran e Pedro Vasquez, foram selecionadas duzentas fotos de 68 fotógrafos que integram as três exposições, realizadas na Biblioteca Parque Estadual, no Centro Cultural da Justiça Federal e no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica. A quarta exposição, no Solar Grandjean de Montigny, é composta por artistas convidados pelo curador Marco Antônio Portela.

Trabalhadores lutam contra privatização do setor elétrico

Fonte: Fisenge

Foi lançado, no dia 30/7, o Movimento Nacional em Defesa do Sistema Elétrico Brasileiro, durante ato contra a privatização da Companhia Energética de Goiás (CELG). Liderado pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), o movimento tem o objetivo de barrar as privatizações previstas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

De acordo com o diretor da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Gunter Angelkorte, a Eletrobrás está irredutível quanto à privatização da CELG.

"Mais uma vez, a empresa reafirmou o processo de entrega da Companhia, inclusive propondo a retirada da CELG da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Esta é uma tentativa de isolar a empresa com o objetivo de facilitar a privatização", afirmou Gunter, que também participou da segunda rodada de negociação do ACT, no dia 31/7, em Brasília.

Há previsão de leilão para privatização para novembro de 2015. Outro objetivo é desenvolver a conscientização da população quanto ao processo de privatização que leva ao sucateamento e à precariedade das empresas, permitindo que as condições de trabalho dos eletricitários e técnica do sis-

tema regridam drasticamente.

"O ato foi muito importante com a participação de sindicalistas de todo o Brasil, políticos locais, federações e centrais sindicais. Ao final, fizemos um grande abraço no entorno da CELG. Leilão é privatização e vamos lutar contra o desmonte do setor elétrico", disse o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco (Senge-PE), Mailson Silva, que também representou a Fisenge na manifestação.

Nas empresas privatizadas as mortes agora são rotinas, principalmente em empreiteiras, onde a pressão por metas, ausência de equipamentos de proteção e o aumento da jornada de trabalho são ainda mais evidentes. Lideranças sindicais ainda destacaram que, onde ocorreu a alienação das ações das empresas estatais, o valor das tarifas elevou exponencialmente.

Participaram do ato a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (Frune), Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Sindicato dos Urbanitários no DF (STIU-DF), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais entidades sindicais e movimentos sociais.

Jango: como e por que se derruba um presidente

Filme aborda a trajetória política do ex-presidente e articulação do Golpe Militar

"Jango" é um documentário dirigido por Silvio Tendler que narra a trajetória política do ex-presidente brasileiro João Goulart, também conhecido como Jango, desde o ingresso na vida política até a sua deposição em 1964 pelo golpe militar.

Lançado em 1984, em plena

campanha das "Diretas Já", o filme teve o roteiro escrito por Maurício Dias e Silvio Tendler, enquanto a trilha-sonora foi desenvolvida por Milton Nascimento e Wagner Tiso.

O filme está disponível no Youtube, no canal da produtora de Tendler, a Caliban Cinema e Conteúdo.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Homenagem ao companheiro Vito Giannotti

Companheiro incansável na luta dos trabalhadores

Italiano, nascido em Lucca, província da Toscana, Vito Giannotti veio para o Brasil em 1964, aos 21 anos. Filho de Clementina e Salvador Giannotti, morou 30 anos em São Paulo e há pouco mais de 20 morava no Rio de Janeiro. O companheiro, que morreu no dia 24 de julho, era casado com a jornalista Claudia Santiago, pai de Taiguara e André e padrasto de Luisa.

Trabalhou como metalúrgico por mais de 20 anos, atuando na oposição da categoria em São Paulo. Lutou contra a Ditadura Militar, foi preso e torturado. Vito era um dos coordenadores do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), entidade que ajudou a fundar, responsável por ministrar cursos para dirigentes sindicais e jornalistas sobre comunicação sindical e popular. Os cursos do NPC não só formaram novos profissionais, mas também inspiraram muitas pessoas a lutarem.

Ao lado da companheira Claudia Santiago, também fundou a livraria

Antonio Gramsci, no Centro do Rio, que virou ponto de encontro da esquerda na cidade.

Vito deixa grande legado para a temática da comunicação popular e luta operária. É autor de vários livros, dentre os quais "O que é Jornalismo Operário"; "Collor, a CUT e a pizza"; "Trabalhadores da aviação: de Getúlio a FHC", "A CUT por dentro e por fora", "A CUT ontem e hoje", "Cem anos de luta operária", "Comunicação Sindical: arte de falar para milhões", "Muralhas da Linguagem", "Dicionário de Política", "Manual de Linguagem Sindical"

e "Força Sindical, a central neoliberal"

Em artigo publicado em abril sobre a morte de Eduardo Galeano, Vito o definiu como "de um grande ser humano que enriqueceu muito a humanidade com sua vida, suas ideias e seus sonhos" e afirmou que o escritor "semeou e manteve a chama do sonho um outro mundo possível", um mundo "solidário, um mundo socialista". Fazemos nossas essas mesmas palavras. E acrescentamos quatro outras, que tanto representam o jeito de Vito Giannotti, que encantou e inspirou tantas pessoas: "A luta continua, porra!"

A Internacional Socialista foi cantada pelos companheiros que estiveram presentes no velório de Vito Giannotti, realizado no dia 26 de julho, na sede do Sindicato dos Petroleiros, no Rio.

De pé, ó vítimas da fome!
De pé, famélicos da terra!
Da ideia a chama já consome
A crosta bruta que a soterra.
Cortai o mal bem pelo fundo!
De pé, de pé, não mais senhores!
Se nada somos neste mundo,
Sejamos tudo, oh produtores!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional

Senhores, patrões, chefes supremos,
Nada esperamos de nenhum!
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre e comum!
Para não ter protestos vãoos,
Para sair desse antro estreito,
Façamos nós por nossas mãos
Tudo o que a nós diz respeito!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional

Crime de rico a lei cobre,
O Estado esmaga o oprimido.
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional

Abomináveis na grandeza,
Os reis da mina e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha!
Todo o produto de quem sua
A corja rica o recolheu.
Querendo que ela o restitua,
O povo só quer o que é seu!

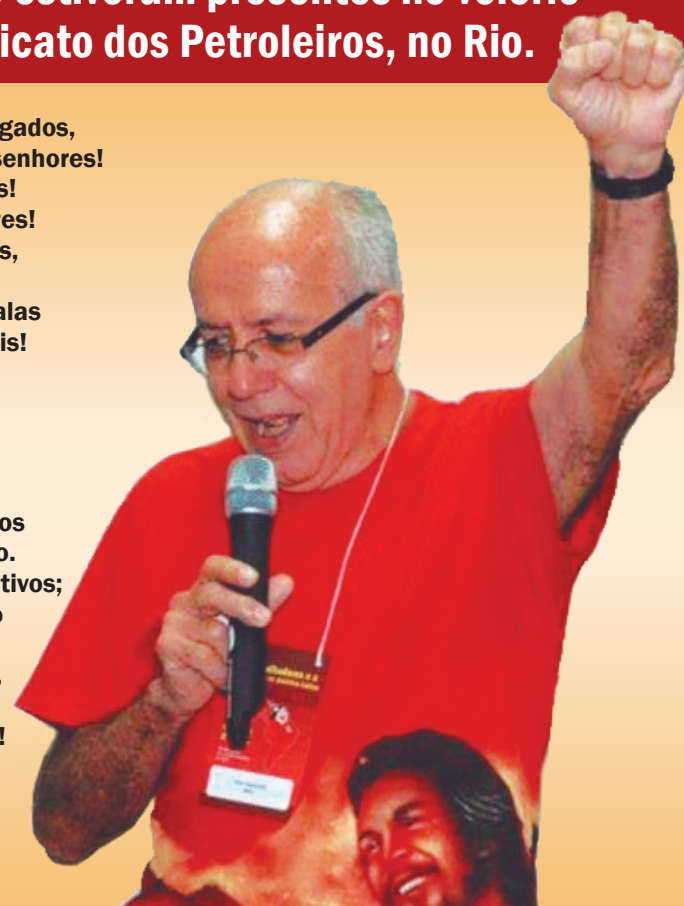
Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional

Nós fomos de fumo embriagados,
Paz entre nós, guerra aos senhores!
Façamos greve de soldados!
Somos irmãos, trabalhadores!
Se a raça vil, cheia de galas,
Nos quer à força canibais,
Logo verá que as nossas balas
São para os nossos generais!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional

Pois somos do povo os ativos
Trabalhador forte e fecundo.
Pertence a Terra aos produtivos;
Ó parasitas deixai o mundo
Ó parasitas que te nutres
Do nosso sangue a gotejar,
Se nos faltarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar!

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
Uma terra sem amos
A Internacional



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br